



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

---

**Notícia de Irregularidade:** 184/2016  
**Representado:** Câmara Municipal de Teófilo Otoni  
**Representante:** Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais  
**Objeto:** Eventuais irregularidades em licitações na Câmara Municipal de Teófilo Otoni

**PORTARIA N. 3, de 14 de dezembro de 2016**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO a notícia de irregularidade encaminhada pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Daniel de Carvalho Guimarães, informando eventuais irregularidades na realização de licitações nos anos de 2013 e 2014 na Câmara Municipal de Teófilo Otoni (f. 01/02), vencidas pela empresa Empecom Ltda – ME;

CONSIDERANDO que os referidos certames eram os pregões presenciais n. 10/2013 e 05/2014, que tinham por objeto a *“contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de divulgação em rádio AM, FM, televisão de canal aberto e fechado, jornal e mídia em painel de led da Câmara Municipal de Teófilo Otoni/MG”*;

CONSIDERANDO que o contrato celebrado com a empresa Empecom Ltda – ME em 2014 teve a vigência prorrogada até 31.12.2015, através do Termo Aditivo n. 25, de 31.12.2014;

CONSIDERANDO que o art. 57, caput, da Lei n. 8.666/93 determina que “a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários”;

CONSIDERANDO o teor da Consulta n. 839016, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que dispõe que “os contratos de publicidade



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

---

institucional de programas, obras, serviços e campanhas de orientação social ou de caráter informativo com agências de publicidade não são contratos que possam ser considerados de natureza contínua, devendo observância à regra prescrita pelo caput do art. 57 da Lei n. 8.666/93”;

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição República, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde já, a seguinte diligência:

a) expeça-se ofício ao Sr. Northon Neiva, Presidente da Câmara de Teófilo Otoni, com **requisição** dos seguintes documentos e informações:

a.1) cópia integral dos pregões presenciais n. 10/2013 e 05/2014 (fases interna e externa), que culminaram na contratação da empresa Empecom Ltda – ME, bem como das cópias dos contratos, termos aditivos e da formalização dos pagamentos (notas de empenho e documentação instrutória) de todas as despesas decorrentes.

Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento das diligências, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 14 de dezembro de 2016.

**Glaydson Santo Soprani Massaria**  
Procurador do Ministério Público de Contas